

**AgInt no RE nos EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.343.974 - BA
(2012/0181786-1)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
AGRAVANTE : ROQUELINA CONCEIÇÃO SANTANA
ADVOGADO : JAIRO ANDRADE DE MIRANDA E OUTRO(S) - BA003923
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SALVADOR
PROCURADOR : RINALDO LUZ DE CARVALHO E OUTRO(S) - BA003657

DESPACHO

Trata-se de agravo interno, interposto por ROQUELINA CONCEIÇÃO SANTANA, contra *decisum* que negou seguimento ao recurso extraordinário, assim ementado (fl. 417):

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 339/STF. ART. 5º, INCISO XXXV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ÓBICE PROCESSUAL INTRANSPONÍVEL. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 895/STF. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DOS LIMITES DA COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 660/STF. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO DA COMPETÊNCIA DESTA CORTE. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 181/STF. SEGUIMENTO NEGADO.

Alega a parte agravante, às fls. 432/468, que há repercussão geral na questão debatida no recurso extraordinário e que ocorre ofensa ao artigo 93, inciso IX, e artigo 5.º, incisos XXXV, LIV e LV, ambos da Constituição Federal.

Alega a ausência de fundamentação da decisão vergastada.

Enaltece a ocorrência "de ofensa direta aos preceitos do devido processo legal, ampla defesa e contraditório, sob o ângulo do direito ao acesso à justiça" (fl. 464).

As contrarrazões não foram apresentadas, consoante certidão de fl. 472.

É o relatório.

Não há mais nada a prover ou desprover na espécie.

De fato, consoante se observa da certidão de fl. 430, ocorreu o trânsito em julgado do feito em 8.11.2018, ou seja, o último dia para a interposição recursal seria 7.11.2018, porém a insurgência apenas aportou aos autos em 8.11.2018 (fl. 432).

Evidencia-se, portanto, o exaurimento da prestação jurisdicional junto ao Superior Tribunal de Justiça, inexistindo a possibilidade da análise do presente agravo interno, interposto em momento posterior ao referido trânsito.

Feitas essas considerações, **determino o arquivamento imediato desta, bem como de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência.**

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Publique-se.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura
Vice-Presidente

